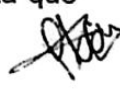


**ATA Nº 08/2019 – Reunião Ordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú/SC.** Aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, reuniram-se extraordinariamente, na sede da Casa dos Conselhos, às quatorze horas, **os(as) seguintes conselheiros(as):** Patrícia da Costa Oliveira (Titular/Política de Assistência Social – SDIS); Rosinalva Aparecida Pereira (Titular/Proteção Social Básica – CRAS); Thiago Pacheco (Suplente/SIME); Márcia Maria Santoni (Suplente/Secretaria de Educação); Silvana Carneiro de Oliveira (Titular/CRAS Construindo Cidadania); Sandra Kraus Bravo (Suplente/CRAS Construindo Cidadania); Neiva Maria de Oliveira Phillips (Titular/CRAS Espaço Cidadão); Evanilda dos Santos Reinert (Suplente/CRAS Espaço Cidadão); Gévelyn Cássia Almeida de Quadros (Titular/CRAS Nação Cidadã); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor pra Down); Maria Aparecida N. da Silva (Titular/AFADEFI); Marcia Zils Bom Senhor (Suplente/CRAS Espaço Cidadão); Kelli Flávia Spricigo Fernandes de Andrade (Suplente/Casa das Anas); Thiara Silveira de Freitas (Titular/NUCRESS); Candice Munhoz Cazorla (Suplente/Casa das Anas); Emanuelle Moraes Ormeneze Carnevalli (Titular/OAB) e Analice Santos de Miranda (CRAS/Espaço Cidadão). **Outras participações:** Fernando Fernandes Farias (FACDD); Ivonete Klappoth e Graziela E. (Casa das Anas). **Documentos recebidos:** E-mail impresso, recebido em 05 de abril, da conselheira Thiara, sobre justificativa de sua ausência no dia 08 de abril; Ofício nº 218/2019, da SDIS, sobre Plano de Trabalho da Casa das Anas; Ofício nº 47/2019, da Casa das Anas, sobre Relatório de Atividades de 2018 e Planilha de vagas ocupadas em 2018; Ofício nº 024/2019 e Ofício nº 32/2019, ambos da APAE, sobre relatório e planilha financeira referente ao mês de fevereiro de 2019; Relatório de Atividades da APAE, referente ao mês de março de 2019; Relação de Documentos do Relatório 2018, da APAE sobre o Projeto “Atendimento Socioassistencial de Defesa e Garantia de Direitos para Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Suas Famílias”; Ofício nº 33/2019, da APAE, sobre renovação de registro no CMAS; Ofício nº 22/2019, do Conselho Estadual de Assistência Social, em resposta do Ofício nº 125/2018 do CMAS; Ofício nº 008/2019, da Escola de Cães Guia Helen Keller, sobre relatório de atividades do período de janeiro de 2018 a abril de 2019 - enviado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que encaminhou ao CMAS; Decreto nº 9.404/2019, que nomeia os integrantes do CMAS, gestão 2019/2021; Requerimento de Inscrição nº 001/2019, da UNIVALI no CMAS; Do CIEE: Documento, de 10 de abril de 2019, solicitando retificação de validade da inscrição do Programa CIEE Aprendiz e Programa de Iniciação ao Trabalho - PIT, Solicitação de renovação da inscrição desses Programas, Relatório de Atividades de 2018 e Plano de Ação Institucional do CIEE para 2019. A vice-presidente Emanuelle inicia a reunião, com cumprimentos e pede que os participantes se apresentem. Sandra, após se apresentar, faz convite para uma roda de conversa no dia de amanhã, na UDESC, Campus Balneário Camboriú, com o tema Transversalidade das Políticas Públicas. Emanuelle solicita que

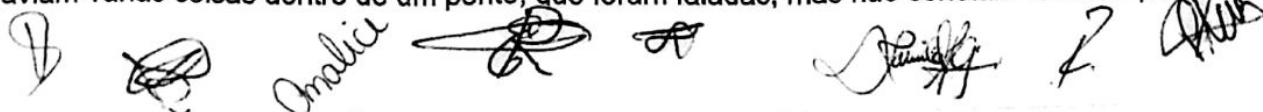




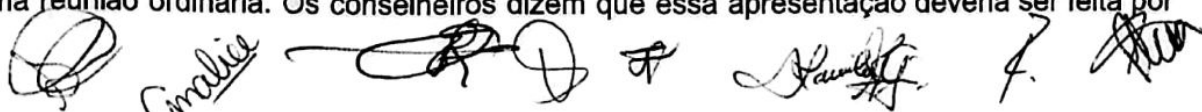




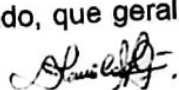
conste em ata a necessidade de retificação da resolução com a nomeação dos conselheiros, incluindo assim o nome de Analice Santos de Miranda (Suplente/CRP). Segue-se à discussão da pauta. **Item A. Leitura da Ata anterior.** A presidente questiona a necessidade da leitura e Candice diz que é preciso deliberar a respeito nesta gestão e lembra que na gestão anterior a ata era encaminhada por e-mail, para que os conselheiros enviassem suas sugestões de modificação e na reunião do Conselho seria assinada a ata, já com as alterações. Emanuelle coloca em deliberação sobre a ata ser enviada por e-mail aos membros do CMAS e após as correções, ser impressa e assinada (na reunião). Conselheiros concordam, mas consta-se a colocação de Candice, a qual lembra que a ata da reunião anterior foi encaminhada pelo e-mail do CMAS, de maneira que respondeu àquele perguntado se poderia encaminhar suas sugestões de alterações, mas não houve retorno. Candice indaga se Francielly pode esclarecer a respeito e esta diz que irá verificar se houve problemas no recebimento do e-mail. Emanuelle diz que qualquer coisa, Candice apresenta suas sugestões e seja deliberado que se conste na ata anterior. Wilson levanta a questão de haver condições dessas alterações serem feitas, visto que no momento não há secretariado executivo próprio do CMAS e Patrícia fala que havia sido definido que a Casa dos Conselhos assumiria a questão da ata. Thiara lembra que a secretária do Conselho está de licença há quase dois anos, precisando assim de um estagiário para auxiliar. Patrícia diz que, quanto às Comissões, pensa ser importante que seja eleito entre os membros uma pessoa ficar responsável por redigir o que é discutido na reunião. Wilson diz que é complicado, pois os membros do CMAS participam de outros Conselhos e fazer ata de comissão ficaria muito pesado; o conselheiro questiona ainda a respeito da necessidade de ter um secretariado próprio do CMAS, ao que Patrícia declara não haver surgido o pedido para tal, lembra que no ano passado houve essa deliberação. Candice esclarece que o secretariado executivo do CMAS corresponde a profissional de nível médio e profissional de nível superior - vaga esta ocupada por Roberta, que encontra-se em licença há dois anos - de modo que sempre se conseguiu um estagiário que atendesse as demandas da secretaria executiva. Francielly comunica que, em conversa com Ketlin, quanto a redação da ata, impressão da lista de presença e pauta (enviada antes da reunião), a Casa dos Conselhos pode fazê-lo e no que diz respeito ao envio dos ofícios e outros encaminhamentos é de responsabilidade do Conselho. Emanuelle coloca em deliberação o pedido à Secretaria da pasta, o preenchimento do cargo da Secretaria Executiva do Conselho e é aprovado por unanimidade. **Encaminhamento:** Patrícia irá enviar ofício de solicitação. Thiara coloca em questão a possibilidade de verificar o processo de licença de Roberta, funcionária de cargo efetivo. Emanuelle pergunta à Candice sobre pontuar suas sugestões a fim de constar na ata anterior e a conselheira responde pedindo que a questão seja deixada para o final da reunião, pois haviam várias coisas dentro de um ponto, que foram faladas, mas não constam na ata e podem

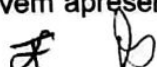


se comprometer em enviar. A presidente sugere que a ata seja aprovada com a ressalva que as colocações a serem feitas por Candice, serão enviadas por e-mail para a secretária do Conselho e para a vice-presidente (presentes na reunião de hoje), para ser analisado e destaca que todas os pedidos de alteração de ata devem ser analisados pela mesa diretora. Patrícia diz que é o Conselho que precisa aprovar. Candice diz que trará os pedidos de modificação da ata na próxima reunião. Francielly esclarece que as solicitações de alteração devem ser enviados por e-mail, ao endereço [bccasadosconselhos@gmail.com](mailto:bccasadosconselhos@gmail.com). Emanuelle pede que conste que como até o momento não foi respondido o e-mail (enviado ao endereço [cmasbc1@gmail.com](mailto:cmasbc1@gmail.com)) de Candice, a ata será aprovada da maneira que foi redigida para a presente reunião e a conselheira irá trazer as considerações na próxima plenária ordinária. Sandra faz uso da palavra concordando da necessidade do CMAS ter um secretariado executivo próprio. Gévelyn diz havia número das linhas nas atas redigidas na gestão anterior, de maneira que facilitava os apontamentos dos conselheiros e quanto às Comissões não se fazia ata, mas um registro em documento. Candice lembra que no CMAS há um formulário para ata, com seção de temas abordados, deliberações e encaminhamentos e depois era transformado em ata. Emanuelle adverte que, quanto a ata das Comissões, a Casa dos Conselhos não irá fazer enquanto não tiver secretaria executiva. **Item B. Documentos recebidos e expedidos.** Quanto ao Ofício nº 22/2019, a presidente o lê e comenta a importância da resposta do CEAS/SC, visto que fundamenta a deliberação sobre pedido de secretaria executiva. Wilson lembra que já existe o cargo e a função está ocupada, de maneira que Emanuelle diz que precisa ser substituído. Candice diz da necessidade de deixar claro que, mesmo Roberta (servidor de nível médio) voltando, o CMAS não tem uma secretaria executiva completa, como diz a legislação: ter uma equipe composta de assessoria técnica (servidor de nível superior, formada nas áreas afins). Gévelyn sugere anexar cópia Ofício nº 22/2019, respaldando o Ofício a ser encaminhado pelo CMAS e questiona quais são as sanções para o Conselho caso não se tenha a secretaria executiva. Candice diz que essa é uma obrigatoriedade do Município, bem como pelo CMAS ser um espaço de controle social; a conselheira explica que em municípios pequenos, acabam compartilhando a secretaria com os demais conselhos gestores, não sendo o caso de Balneário, que tem um outro porte, segundo a classificação da Política de Assistência. A presidente diz que, caso a resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social dê resposta negativa quanto à equipe completa, se tem o CEAS/SC inclusive à disposição para tomar atitudes que precisem ser tomadas. Emanuelle cita Ofício nº 47/2019 e Requerimento de Inscrição da UNIVALI. Candice diz que a entidade já tem inscrição neste Conselho. **Encaminhamento:** o requerimento será enviado à Comissão de Normas. Após a leitura do Ofício nº 008/2019, Gévelyn diz que o CMAS poderia enviar solicitação de apresentação do relatório pela Escola Helen Keller na próxima reunião ordinária. Os conselheiros dizem que essa apresentação deveria ser feita por



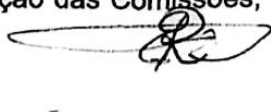

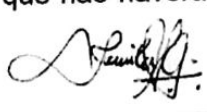



todas as entidades. A presidente diz que, se houver por parte da Escola o pedido de explanação, que então seja concedido. Gévelyn e Candice propõem que a cada duas reuniões ordinárias, um espaço de dez minutos seja aberto para uma entidade apresentar. Emanuelle pede que se espere primeiro se haverá secretaria executiva e esta fique responsável pelo agendamento das exposições de fala. Patrícia declara que, enquanto gestão do SUAS, estão se organizando para que sejam apresentados mensalmente relatos de experiências dos equipamentos para os servidores, de modo a ser possível chamar os conselheiros também, abrindo até um dia para as entidades nessa formação. Com relação ao **Plano de Ação**, o **Relatório de Atividades de 2018** e a **Planilha de vagas ocupadas em 2018**, enviada pela Casa das Anas, Wilson indaga se a planilha havia sido solicitada pelo Conselho. Kelli diz que também enviou relatório das atividades da Casa das Anas, mesmo sem o ofício pedindo a entrega da documentação. **Encaminhamento:** conforme previsto na Resolução 14/2014, conselheiros aprovam envio de ofício à todas as entidades para apresentarem em até dia 30/05 o Relatório de Atividades 2018 e o Plano de Ação 2019, a fim de que a Comissão de Normas possa analisar posteriormente. **Item C. Prestação de Contas ao Fundo Estadual de Assistência Social**, apresentado por Patrícia, a qual explica que no ano passado e no começo deste ano foi aprovada a prestação de contas do Fundo de 2018, que incluía a prestação de contas que irá apresentar hoje e portanto, já foi aprovada e o que o Estado pede é que a prestação seja enviada em separado, não com o montante de todos, por isso enviaram um modelo para ter sido enviado até dia 30 de abril e pedia o parecer do CMAS. Patrícia então comunica que irá apresentar essa prestação enviada. Wilson questiona se será deliberada novamente e Patrícia responde que não, apenas será apresentado para ciência dos conselheiros, passando assim ao detalhamento das contas nº 43.688-2 (para Média Complexidade, recursos de Investimento), nº 43.653-4 (para Média Complexidade, recursos de Custeio), nº 49.964-1 (para Proteção Social Básica, recursos de Investimento) e nº 45.712-4 (para Proteção Social Básica, recursos de Custeio). Após o detalhamento, Emanuelle pergunta se já houve resposta do Estado e Patrícia fala que ainda não, pois não havia prazo para tanto e continua dizendo que talvez alguns termos ditos não sejam compreendidos pelos novos conselheiros e por isso uma das pautas é a capacitação dos mesmos, pois para fiscalizar é preciso conhecer os termos. A conselheira Maria Aparecida sugere mudança de metodologia de apresentação das contas, pois muitas pessoas não entendem como é exposto. Patrícia lembra que nos casos de prestação de contas e balancetes, estas já passam pela comissão de orçamento para analisar. Patrícia lembra que sobre a apresentação das contas anuais, Camila veio detalhar. Wilson explica que o roteiro normal é após a prestação de contas ser fechada, é enviada para Comissão de Orçamento e Finanças, que analisa e concede parecer, encaminhado para reunião ordinária, podendo ser chamado o contador do Fundo, que geralmente vem apresentar as contas do trimestre, para ser aprovado. Emanuelle

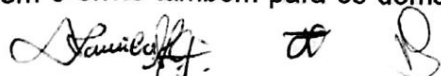




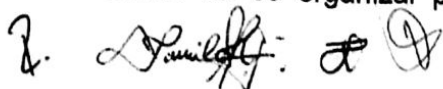
diz que, na verdade os conselheiros confiam na "análise pente fino", feita pela Comissão, porém concorda que não é produtivo a forma que é atualmente apresentada a prestação, sugerindo então a mudança na apresentação das Comissões, podendo assim pedir a vinda da contadora. Fernando pontua que, para os interessados nos detalhes, é profícua participação nas reuniões das Comissões, onde a análise é feita ponto por ponto, complementa Emanuelle. Patrícia ressalta a necessidade de formação aos conselheiros. Thiara sugere a apresentação em forma de gráfico. Patrícia lembra que, oficialmente não haveria necessidade da exposição que ela fez e quanto as dúvidas, talvez não tenham surgido pela não compreensão do que é tratado, por isso ser preciso a capacitação citada. Sandra diz que, a partir desta gestão, participando das Comissões e gerando os próprios pareceres, vão adquirindo conhecimento. **Item D. Resposta à utilização de veículo do SUAS.** Candice afirma que é a segunda vez que solicita ônibus para uma atividade exclusiva de controle social para os usuários e a informação recebida é de que os ônibus estão irregulares para transitarem na BR. Candice pede que seja deliberado sobre envio de ofício pelo CMAS para se buscar uma resposta. Patrícia diz que não foi regularizada ainda a questão do seguro do DTER. Maria Aparecida fala que uma das questões era pelos ônibus adaptados não terem banheiro. Wilson diz ter percebido uma dificuldade em agendar veículos. Patrícia pergunta se houve negativa e Wilson responde que nem encaminhou, pois sabia da dificuldade. Patrícia diz preferir que o agendamento de ônibus vá para a gestão organizar. A presidente deixa esclarecido assim que, a instituição que deseja fazer uso do ofício, faz um protocolo direto para a gestão da Assistência. Em **deliberação** o envio de ofício à Secretaria para indagar sobre o uso dos ônibus, Emanuelle diz que "se está faltando alguma coisa, então que se haja uma busca disso e uma previsão para que isso seja informado às entidades quando que vai começar a ser utilizado o ônibus" [sic]. Wilson diz que não só as entidades, mas toda a rede. Aprova-se o **encaminhamento** do ofício por unanimidade. **Item E. Reorganização das Comissões Temáticas.** Emanuelle cita a solicitação de Fernando pede para participar das Comissões, mesmo como ouvinte e este faz uso da palavra quanto a participação contribuir para sua própria atuação como conselheiro nos próximos anos. Emanuelle diz que não vê problema na participação de Fernando e há concordância que ele participe. Candice e Wilson explicam as funções das Comissões. Quanto à Comissão do Reordenamento e Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes que é temporária, Wilson coloca em questão a necessidade de continuar, mesmo porque existe uma discussão que está sendo feita sobre família acolhedora que precisa de ajustes. A presidente coloca em deliberação sobre a continuidade da Comissão citada e é aprovada por unanimidade. Thiara ressalta a importância das Comissões, que acontecem uma vez por mês, precisam ter quórum e são elas que fazem acontecer as reuniões ordinárias. Conselheiros lembram que o ideal é ter paridade na composição das Comissões, porém deixam claro que não haverá possibilidade

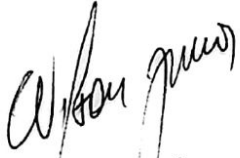
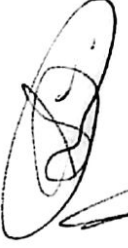



dos faltantes na presente reunião em participar de Inscreverem-se posteriormente. Ficam inscritos para participar: da **Comissão de Políticas da Assistência Social**: Fernando, Gévelyn (responsável por criar o grupo de WhatsApp), Thlara, Candice, Sandra, Analice e Ivonete; da **Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições da Assistência Social**: Emanuelle, Sandra, Silvana e Candice (responsável por criar o grupo de WhatsApp); da **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social**: Wilson (responsável por criar o grupo de WhatsApp), Patrícia, Silvana, Kelli, Sandra e Ivonete; da **Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família**: Mariana Strey, Márcia Sartori, Analice, Maria Aparecida (responsável por criar o grupo de WhatsApp), Sandra, Silvana e Marcia Zils; da **Comissão Temporária do Reordenamento do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes**: Emanuelle (responsável por criar o grupo de WhatsApp), Candice, Thiara, Wilson, Patrícia, Analice, Sandra, Silvana e Ivonete. A presidente lembra que as Comissões não são um grupo fechado, outras pessoas podem participar e quem não se adaptar, pode participar de outra, contudo destaca a importância que na reunião de cada uma seja eleito um coordenador. A presidente ressalta que, se as reuniões forem marcadas na Casa dos Conselhos, precisa fazer o agendamento com, no mínimo, uma semana de antecedência. **Item F. Discussão sobre alteração da Lei de Criação de Benefício Eventual nº 3.914/2016**. Patrícia explica que a mudança trata-se de que o benefício de fornecimento das cestas básicas seja alterado: ao invés de cestas básicas, passar a ser um cartão-alimentação. Patrícia fala que a Lei deixa muito aberto, tem umas questões complexas, relata que a gestão já conversou com duas empresas de fornecimento de cartão, porém querem primeiro alterar a lei para ficar conforme irão propor na licitação. Patrícia sugere levar a proposta de alteração para Comissão analisar para a próxima reunião. Candice destaca ser preciso verificar se as Comissões irão conseguir e reunir ainda neste mês. Wilson lembra de uma proposta de projeto de lei para instituir a Lei do SUAS no município e nessa Lei já estava prevista a questão do cartão. Patrícia diz que tem acesso a esse documento e enquanto gestão, o que se quer é efetivar e ressalta a respeito da Lei citada por Wilson está à espera da Reforma Administrativa, de modo que nada vai passar na Câmara em termos de estrutura de secretaria ou organização antes da Reforma, portanto, para adiantar e não ficar esperando, já se faz a alteração e efetiva a questão do cartão. Candice conta que foi passado para o Conselho que a Lei do Benefício Eventual nº 3.914/2016 está parada devido a erros jurídicos. Patrícia afirma diz que talvez não tenha sido esse o impedimento, mas a gestão atual está se responsabilizando por efetivar e ratifica a necessidade da Lei e alteração passarem por comissão e na próxima reunião ordinária fazer a discussão. Candice sugere que passe pelas Comissões de Normas e Regulamentos e de Financiamento e Orçamento, ao que Emanuelle recomenda o agendamento de reunião dos dois grupos. Conselheiros propõem o envio também para os demais conselheiros. **Item G. Capacitação para**



**os conselheiros.** Fernando solicita duas vagas para o Centro de Solidariedade FACDD participar da capacitação e Thiara lembra que o Centro tem inscrição no CMAS. Patrícia e Emanuelle dizem não ver problemas que a FACDD participe. Patrícia apresenta a proposta de capacitação, que a princípio a gestão queria que fosse oferecida pela Escola de Gestão Permanente (EGEPE) - que trabalha com formação aos servidores públicos -, contudo, como o CMAS é composto por servidores e não servidores, Val, da EGEPE disse que neste momento ainda não seria possível oferecer. Patrícia explana os três módulos. Silvana sugere que Candice dê essa capacitação e Emanuelle concorda, visto que a conselheira já tem a didática formulada. Candice diz que foi montado um grupo de estudos para estudar o controle social no SUAS. A presidente fala que no âmbito da OAB foi criada uma Comissão de Assistência Social e sugere que o advogado participe, questiona ainda sobre emissão de certificados de participação. Wilson lembra que o Fundo de Assistência tem recurso específico para capacitação. Francielly cita a possibilidade de oferecer a capacitação em conjunto à UDESC e Wilson fala que essa Universidade tem uma expertise grande nesse sentido, sendo possível portanto o CMAS encaminhar ofício à UDESC, apresentando a proposta e questionando o que pode oferecer e o que não tiverem como oferecer, aproveita-se o pessoal da casa (CMAS). Gévelyn propõe que os próprios usuários possam confeccionar materiais de fácil linguagem para a população, a respeito de controle social da Assistência e Emanuelle concorda. A presidente destaca que caso não seja concretizado isso, a OAB irá pedir para que Candice faça a capacitação. Wilson explica que por vezes é interessante escutar outras pessoas que estão fora da rede, surgindo questões que a princípio não levantaria. Gévelyn diz sobre envio do ofício à UNIVALI também. Em **deliberação** o envio de ofícios à UDESC e à UNIVALI, os conselheiros aprovam o **encaminhamento**. **Item H. Assuntos gerais.** Candice fala sobre a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e diz que recebeu documento da Frente Parlamentar Nacional em defesa do SUAS, lembra que este é um ano de Conferência e há um dilema, pois os atuais representantes do governo no Conselho Nacional de Assistência Social não votaram a favor da Conferência, que acontecerá, mesmo sem investimento, organizada e financiada pela sociedade civil. Patrícia pergunta quando foi a última municipal e respondem que ter sido em 2017, a conselheira diz que por ser uma conferência extraordinária, não seria necessariamente obrigatório acontecer neste ano. Candice diz que foi deliberado a cada dois anos acontecer e fala que sociedade civil vai financiar, sendo a primeira vez, desde a Constituição de 88, que não irá ocorrer a Conferência de caráter extraordinário financiada pelo governo federal. Candice informa que o tema será *Assistência Social: direito do povo, com financiamento público e participação social*; a conselheira pede por uma reunião extraordinária ou que se coloque como **ponto de pauta** da próxima ordinária sobre o que levantou, pois questiona se o CMAS vai se organizar para chamar a Conferência Municipal.



Patrícia fala que, como não há chamada do Conselho Nacional, inexistente prazo para acontecer, podendo chamar para quando o Conselho achar mais conveniente. Wilson diz que Conferências a cada dois anos é um tempo muito curto. Patrícia pontua sobre haver a cada três anos, de maneira a fechar o ciclo de uma gestão. A presidente sugere que o Conselho faça resgate das deliberações da Conferência anterior para efetivar o que foi pontuado. Thiara propõe que seja deliberado na próxima reunião se irá acontecer. Patrícia lembra que não há necessidade de deliberar para uma Conferência, pois podem deliberar para uma ação coletiva de avaliação no município e fazer proposições à gestão. Sandra pontua sobre importância de abertura de espaços de fala para a comunidade. Gévelyn levanta possibilidade de reativar o Fórum Municipal dos Usuários e Trabalhadores. A participante Graziela endossa a necessidade de haver a Conferência extraordinária. Emanuelle pede que seja feita reflexão e apresentadas propostas para próxima reunião. Sem mais a tratar, a vice-presidente encerra a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

 Wilson  
 Emanuelle  
 Graziela  
 Francielly Raquel Domingues Vianna  
 Emanuelle